A FRAQUEZA DOS MELHORES, FORÇA DA REVOLUÇÃO.

Augustin BARRUEL conclui suas "*Memórias para servir à História do Jacobinismo*" com algumas reflexões perfeitamente pertinentes:

> "*Evitai ceder a esse tipo de terror que nada mais é, em si mesmo, do que covardia e desânimo. Pois, diante da certeza dos perigos, não direi menos: Queiram ser salvos, e o serão. Os jacobinos já o repetiram o suficiente: 'Não se triunfa sobre uma nação que deseja se defender'. Saibam querer como eles, e não terão nada a temer deles. É porque sabe querer que a Revolução triunfa. Portanto, para triunfar sobre ela, é preciso saber opor-lhe essa resolução e essa vontade... Ocorre com a Revolução o mesmo que ocorre com os vícios e as paixões: sabe-se, em geral, que há perigos e desgraças atrelados a eles; deseja-se defender-se deles, mas quer-se isso de forma fraca, covarde. O que acontece? As paixões e os vícios triunfam e sofre-se o seu jugo...*"

Infelizmente, estas são considerações muito atuais: aguardamos, como alvos marcados, as catástrofes que cairão sobre nós, e esse medo doentio de nossos adversários paralisa nossos melhores movimentos de reação. A inteligência permaneceu íntegra; conhecemos o adversário e seus erros; não fomos penetrados pelos sofismas revolucionários; estamos quase vacinados contra eles; mas, no momento da ação, permanecemos hesitantes, incertos quanto ao resultado. O adversário, ao contrário, não sendo contido por nenhum escrúpulo de consciência, por nenhuma regra de moralidade, lança-se na briga, pronto para tudo, até para o crime, para ter sucesso imediato. Com um olhar rápido, ele se vê pronto para agarrar a chance; mas pronto também para fugir, no último momento, quando a sorte lhe escapa — muitas vezes por algum acaso imprevisto —, a ponto de, vencedores, nos vermos subitamente espantados por não encontrar mais o menor adversário à nossa frente, com a sensação de termos arrombado uma porta aberta. Há exemplos marcantes: o fracasso de Goulart no Brasil. Toda uma população apavorada diante do golpe de força comunista e, no dia seguinte, a reviravolta brutal e inesperada de alguns regimentos e a fuga desenfreada dos revolucionários.

Encontrei em papéis antigos um exemplo marcante dessa pusilanimidade diante da ação. Trata-se de Albert de MUN, um dos "melhores", se é que houve algum. Homem íntegro, honesto,

perfeitamente consciente do perigo revolucionário. Homem de tradição, absolutamente convencido do caráter nefasto do Liberalismo, tanto no domínio social e político quanto no religioso. Homem dedicado, capaz de consagrar toda a sua vida a um combate necessário e difícil.

Em 1874, Albert de MUN, já lançado na Ação Social, renuncia à sua vocação militar, entrega sua demissão ao Ministro da Guerra e "quebra sua espada". Em seguida, apresenta sua candidatura parlamentar em janeiro de 1876. Seu manifesto eleitoral ecoa como um apelo a todo o país. Louis VEUILLOT apoia oficialmente o "couraceiro místico". Ele se levanta, em 21 de fevereiro, e proclama perante a Assembleia:

> "*O desafio foi ouvido e os católicos aceitaram o desafio: eis o sentido da minha eleição... Encontrareis em toda parte católicos firmemente unidos entre si (?) pela fé que lhes é comum, para se oporem com todas as suas forças (?) ao advento desse livre-pensamento que já proclamais*".

Todo o discurso respira um ardor guerreiro. Ele ainda está em conformidade com uma vocação militar. No entanto, Louis VEUILLOT não ficou satisfeito. Este velho lutador dos combates cristãos sob o Segundo Império esperava mais do que discursos: em 15 de fevereiro de 1876, ele havia escrito esta carta tão extraordinária ao seu candidato: (1).

> "*Caro Senhor,*
>
> *Eu o ouvi ontem pela primeira vez. Permita-me não fazer um elogio banal a um homem e a um talento que merecem muito mais. Homem de bem e bom orador, o senhor o é; mas o ideal de Cícero não deve bastar nem ao senhor, nem a nós. É preciso ir além. No discurso de um orador em uniforme, é preciso haver sabre ou, ao menos, a bainha. Ontem, não encontrei o suficiente. É o sabre que dá valor à dragona. O auditório fica desencantado quando, em vez de um golpe, leva consigo uma bênção... Cuidado com isso. O senhor é capitão de Dragões... Se a sua eloquência não tiver o seu selo de caserna — o qual pode e deve ser um selo de suprema distinção —, ela não passará de uma bela e honesta moça para casar, o que Joana d'Arc não era. Falta o mais belo dos gestos ao soldado orador que não desembainha a espada. Pergunta-se por que esse soldado não é advogado ou padre. Desembainhe, golpeie, agarre! É isso que o Bom Deus quis do senhor ao lhe dar a eloquência e ao torná-lo um dragão. Seria necessário que, ao escutá-lo, sentíssemos a necessidade de nos rendermos para não sermos fuzilados, porque o senhor pedirá à força o que não obterá pelo amor... Um golpe de sabre oportuno é uma bela obra, uma caridade muito grande. Muitos pobres não pedem mais que isso e não têm mais que isso a receber... Não seja um homem de grande mérito que diz coisas boas inutilmente. Desembainhe e seja como São Luís, um desses mártires que não temem dar a morte. Também existem anjos exterminadores...*"

Infelizmente, Albert de MUN não seguiria o conselho. Combateu valentemente pela boa causa, mas o ardor militar extinguiu-se progressivamente.

Primeiro obstáculo encontrado: uma noção falsa de obediência religiosa. Em 5 de março de 1878, Albert de MUN foi recebido em audiência por Leão XIII, que lhe disse:

> "*Eu lhe dei uma bênção para sua obra e para sua família, vou lhe dar uma nova e especial para si mesmo, pelo que já fez e pelo que ainda fará: mas o senhor prometerá ser sempre um fiel defensor da Igreja. Prometa-o!*".

"*Este juramento*", acrescenta ele,

> "*eu o prestei do fundo do coração... Quando antigamente, num campo de batalha, armava-se um cavaleiro, ele era mantido assim prostrado e, enquanto prestava juramento, recebia a aclamação. Senhores, acreditei, enquanto estava aos pés do Papa e ele me impunha as mãos, que a obra estava ali inteira e que recebia, em troca de seu juramento, a aclamação solene que a armava para a defesa da Igreja*".

O tom permanece militar, mas a obediência incondicional a uma autoridade religiosa no domínio temporal prepara as futuras capitulações. Em 8 de setembro de 1885, Albert de MUN prepara uma federação católica:

> "*A França cristã espera de nós algo melhor que um protesto. Ela quer um combate sério, talvez decisivo. Nosso dever é conduzi-la a ele, erguendo a bandeira da Cruz contra os inimigos da Religião*" *(Carta ao almirante Gicquel des Touches).*

Esta declaração de guerra provoca uma intervenção inesperada, a do Núncio, que lhe comunica, em nome de Leão XIII, que tal iniciativa é inoportuna. Albert de MUN fica desolado; todas as suas esperanças são aniquiladas:

> "*Para não suscitar uma divisão entre os católicos*", declara ele, "*renuncio ao projeto de organização que anunciei em minha carta ao visconde de Belizal*".

E eis a catástrofe! O Papa Leão XIII armou um cavaleiro, um soldado, para depois lhe pedir que mantivesse a espada na bainha. Em nome de uma obediência indevida, num domínio onde a autoridade religiosa não tinha poder legítimo nem competência — o da ação temporal para a

defesa do país —, o combatente fugiu do campo de batalha.

Segundo obstáculo: o medo de derramar sangue; outra maneira de recusar o combate. De fato, um dia, muito mais tarde, Albert de MUN esteve na linha de frente, seguido por uma tropa numerosa e decidida ao combate. Infelizmente!

Estamos em 1904. O Sr. COMBES, o "paizinho", maçom rancoroso e sectário, de modo algum liberal, manda fechar as escolas e expulsa os religiosos. Em Roscoff, na Bretanha, perto de Saint Pol de Léon, camponeses e camponesas, ilhéus da Ilha de Batz, acorrem em massa para impedir o acesso das forças da guarda à escola e preservar as religiosas da expulsão. Em 12 de agosto de 1904, duas companhias do 118º Regimento escoltam os guardas. A multidão forma uma muralha, desafia os agentes da força. O subprefeito pede ao Sr. de MUN, na primeira fila, que interrompa o conflito. O Sr. de MUN volta-se e pede à multidão que se contente com esse protesto mudo. A multidão obstinada recusa.

> "*Queremos a liberdade! Não sairemos daqui!*".

Os punhos estão cerrados, os rostos graves. A multidão avança gritando contra as baionetas. O choque será terrível e o sangue correrá. Albert de MUN volta-se:

> "*Pela vossa resistência enérgica, conseguistes que se reconhecesse a impossibilidade de vencê-la de outra forma que não pela violência: imploro-vos que pareis*".

A multidão responde:

> "*Não iremos embora! Que façam o que quiserem! Morreremos, se for preciso!*".

O Sr. de KERVENOAL manda abrir a porta da escola. O Sr. de MUN explica que se cede perante a força e que é preciso evitar a violência.

Eis que esta não é a linguagem de um chefe. Não! Sr. de MUN, o senhor não mostrou a força da resistência, pois, de fato, não resistiu realmente. O inimigo pôde vencer "*de outra forma que não pela violência*". Ele pôde vencer precisamente pelo seu medo do sangue, pela sua recusa em combater pela sua fé até a morte, pela recusa do martírio. O soldado, no momento do combate, quando o exército está pronto e decidido, não deve recuar, não apenas à visão do sangue, mas nem mesmo ao pensamento de que ele possa ser derramado. O soldado é um verdadeiro mártir, se for um verdadeiro soldado. Ele aceita receber a morte, desde que seja no combate e no exercício de seu ofício. Teria havido sangue derramado, certamente; mas também o exército teria recuado, a indignação teria explodido em todo o país, o governo teria sido derrubado, algum

general finalmente enérgico teria sem dúvida lançado alguns batalhões sobre a Assembleia Nacional e expulsado a pranchadas de sabre esses políticos tagarelas, a menos que tivessem fugido sem esperar. Sonha-se com um General de MUN entrando no Palácio Bourbon à frente de seus homens. Da mesma forma que ainda se pode sonhar com um exército da Vendeia, comandado pelo Conde de Artois ou pelo Conde de Provence, voando de cidade em cidade. Infelizmente! Quantos chefes cansados deixaram passar ocasiões únicas de restaurar uma sociedade cristã!

E. C.

---

(1) Cf. J. PLONCARD d'ASSAC: "*L'Eglise occupée*", p. 108

Revision #3
Created 25 January 2026 15:58:39 by Admin
Updated 25 January 2026 16:14:08 by Admin